

# Juventude e educação para o trabalho: a experiência de uma geração

Youth and educating for work: the experience of a generation

Carolina Morais Simões de Melo\*

**Resumo** – A partir da década de 1990 ocorrem alterações significativas no mundo do trabalho e na vida social, gerando aumento da pobreza, do desemprego e, também, a reconfiguração da formação para o trabalho, orientada pelas demandas do capital. Ainda que os reflexos desse cenário atinjam todos, os jovens são os mais afetados pelas alterações na educação e no trabalho. Este artigo apresenta resultados de pesquisa que se voltou ao estudo da reconfiguração das políticas de formação e para a identificação da forma pela qual os jovens vivenciam as experiências de uma geração a partir da análise de um programa municipal de formação profissional.

**Palavras-chave:** juventude; educação profissional; trabalho.

**Abstract** – Since the 1990s there have been significant changes in the world of work and social life, leading to increased poverty, unemployment, and the reconfiguration of training for work, guided by the demands of capital. Although the consequences of this scenario affect everyone, young people are most affected by changes in education and work. This article presents research results that focused on the study of the reconfiguration of training policies and the identification of how young people have the experiences of a generation through the analysis of a municipal vocational training program.

**Keywords:** youth, professional education, work.

## Introdução

Os caminhos da juventude sempre foram tema de debates nos mais diversos setores, representando preocupação para a sociedade em geral em diversos momentos históricos. Particularmente a partir do século XX, os jovens têm sido público-alvo de políticas sociais e ganhado espaço e centralidade na agenda pública. Aparecem, porém, na maioria das vezes, como imagens e representações (DAYRELL, 2003; GROPPPO, 2000), que, frequentemente, os consideram como um “problema social” – uma fase de rebeldia, de irresponsabilidade, de fruição, de total desconhecimento e inex-

\* Graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: carolina.moraisdemelo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0943-5759>.

periência e como representantes de um futuro distante e incerto. Acredita-se, porém, que a juventude real precisa ser desvelada para ser compreendida em suas experiências cotidianas, sendo necessário percebê-la a partir de suas vivências no tempo presente e em sua condição de classe social.

O reconhecimento da juventude como uma etapa de vida foi uma construção histórica e social que se desenhou de forma heterogênea, diferenciando-se de acordo com a classe, etnia e gênero dos sujeitos, de forma que os distintos momentos históricos construíram diversas concepções de juventude. Assim, ainda que haja pontos e experiências em comum, é preciso falar de “juventudes” no plural (GROPPO, 2000; ABRAMO, 2005).

Tal entendimento parte do conceito de geração utilizado por Karl Mannheim (1982), que a define como uma situação social que apresenta relação com a posição de classe, com o nascimento de um indivíduo em determinada época da sociedade. Não é possível delimitar a juventude somente por elementos etários, jurídicos e biológicos, pois “ser jovem é sempre uma condição transitória, é uma travessia, uma passagem sinalizada não só por algumas particularidades físicas, sem dúvida, mas também por atributos que são históricos e socialmente construídos” (CASSAB, 2001, p. 63).

Os estudos da sociologia da juventude nos mostram como a vivência da juventude se configura de diversas formas nos diferentes períodos históricos (CASSAB, 2001), indicando que a juventude foi, historicamente, considerada como um período de transição. Este, vivido pelos filhos dos proprietários, é determinado pela relação das classes com a propriedade e pela posição dos indivíduos na divisão do trabalho, de forma que a capacidade biológica para o trabalho configurava a vivência da vida adulta. Também era uma condição vivida no masculino, marcada pelo controle e disciplinamento, “portadora enfática de esperanças e de ameaças sociais latentes” (SCHINLDER, 1996 apud CASSAB, 2001, p. 69).

Ao analisar a juventude na contemporaneidade, percebe-se que as transformações econômicas, políticas e sociais modificaram de forma intensa as vivências da juventude e sua formação como sujeitos sociais. A partir da década de 1960, há uma reorientação do capital que se desenvolve a partir da queda da taxa de lucro e de acumulação do setor produtivo, que desencadeia uma crise estrutural do capital e, conseqüentemente, uma série de modificações no padrão de acumulação. Essas alterações se manifestam através da acentuação das formas de exploração do trabalho e consistiu em mudanças no âmbito da organização da produção, da adoção de modelos ditos mais “flexíveis” nas relações e condições de trabalho. Em realidade, há uma redução dos postos de trabalho e os trabalhadores são expostos a condições precárias de trabalho.

Nesse período, aparece com maior força uma imagem do jovem violento, delinquente, considerado um “problema social”, e a discussão em torno da categoria centra-se na criminalidade juvenil e em sua inserção no mercado de trabalho. As políticas para juventude, então, se intensificam a

partir das décadas de 1980 e 1990, principalmente na América Latina, mas de forma fragmentada e focalizada, tendo como objeto os jovens em “risco social”. O principal objetivo é, pois, o controle do tempo livre dos jovens e a inserção dos “excluídos” do setor produtivo.

Considerando a heterogeneidade das juventudes, destaca-se a origem social dos jovens como elemento importante para a análise de suas condições de vida, que não são as mesmas para todas as classes sociais. Os “jovens pobres”, filhos da classe trabalhadora, são mais impactados pelas alterações no âmbito da produção e da vida. Estes são

os filhos de trabalhadores, assalariados ou não, e que reproduzem sua vida em condições de precariedade, vivendo em bairros de periferia e favelas, sobrevivendo em ‘estágios’ ou em trabalhos informais e intermitentes, com baixa escolaridade ou em grande descompasso entre série e idade, apontados na mídia indistintamente como protagonistas do tráfico de drogas, negros, etc. São ainda os destinatários de programas sociais, de programas de transferência de renda e nestes programas definidos por seus déficits de inclusão social futura. Para a política social ele é o ‘vulnerável’, ‘em risco social’, ‘marginalizado’, proveniente de ‘famílias desestruturadas’, incapazes de prover sua vida e ‘moradores em ambientes de risco social’. (CASSAB, M.; CASSAB, C., 2008, p. 20).

Ponce de Leon (2007), em seu estudo sobre as condições do trabalho e renda da juventude, aponta um cenário desfavorável para os jovens brasileiros, principalmente para os “jovens pobres”, neste atual contexto. Os jovens entre 15 e 29 anos representavam, nos anos 2000, 33,58% da população em idade ativa (PIA) e, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), somavam mais de 61% do total do desemprego nacional. Destes, 56% estavam ocupados e grande parte (47%) estava procurando emprego, com uma baixa parcela de jovens inativos (21%). As ocupações geralmente estão ligadas ao setor de prestação de serviços e ao comércio. Os jovens entram no mercado de trabalho com maior frequência no setor informal, sem as proteções trabalhistas da carteira assinada, buscando outras inserções posteriormente.

Quanto maior o grau de instrução, maior a quantidade de jovens que trabalham empregados com carteira assinada, indicando uma relação direta entre o vínculo formal de trabalho e a escolaridade (PONCE DE LEON, 2007, p. 314). Porém, percebe-se que, de forma geral, o aumento da escolarização dos jovens não significou a ocupação de postos de trabalho menos precários, visto que, nos últimos anos, o crescimento da escolaridade dos jovens não levou à saída do trabalho, indicando um aumento no número de jovens que trabalham e estudam no Brasil (GONZALEZ, 2009; POCH-MANN, 2007).

Grande parte dos jovens enfrenta altas jornadas de trabalho, de 6h a 8h diárias, trabalhando aos sábados e/ou domingos. A jornada de trabalho é um elemento importante por representar a possibilidade (ou não) de continuidade da escolarização e progressão para postos de trabalho mais

qualificados. Há uma diferenciação da jornada de trabalho diária das mulheres jovens, pois é comum que tenham mais jovens homens trabalhando do que trabalhadoras, bem como um maior índice de trabalho regular entre os homens jovens.

Entre as refrações da reestruturação produtiva, dois fenômenos, contudo, atingem de forma intensa os jovens: o desemprego estrutural e o trabalho precoce. O desemprego aumentou mais para os jovens do que para o restante da população (FRIGOTTO, 2004; BRANCO, 2005; POCHMANN, 2007; PONCE DE LEON, 2007; CASTRO; AQUINO, 2008).

Este cenário é o chão histórico que motivou a pesquisa de mesurado, sendo aqui apresentados alguns de seus resultados (MELO, 2015). Considerando as novas refrações da questão social, que surgem na década de 1990, procura-se explicitar de que forma esse cenário impacta na vida da classe trabalhadora, das famílias e, em particular, dos jovens.

Buscando dar respostas para o desemprego estrutural e o aumento da pobreza que se manifestam a partir da crise do capital, o Estado adota como estratégia as políticas públicas de combate à pobreza, voltadas para a população em “risco social”. No Brasil, assim como na América Latina, há um forte investimento em programas de qualificação profissional a nível federal e estadual para redução do desemprego, priorizando, entre os trabalhadores, os jovens “em vulnerabilidade”.

Busca-se refletir, então, sobre como essas estratégias de combate ao desemprego têm atingido os jovens trabalhadores em um contexto de crise do capital, de redução de postos de trabalho, de precarização e flexibilização das relações trabalhistas e de empobrecimento da população. Em particular, questiona-se como um programa de formação profissional influencia na trajetória de vida dos jovens pobres, diante deste cenário e de um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Foi proposta, então, uma pesquisa a partir de um programa municipal de formação profissional, no município de Juiz de Fora, já analisado também no trabalho de conclusão de curso (MELO; PURGATO, 2013): o Programa Municipal de Atendimento ao Adolescente (Promad), criado na década de 1990 com o objetivo de oferecer formação profissional a jovens “em vulnerabilidade”, com 14 a 17 anos. O programa sofreu várias alterações e atualmente, por orientação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), segue o modelo do Programa de Aprendizagem, regulamentado por legislação específica (BRASIL, 2000). É gratuito, executado por uma organização não governamental, a Associação Municipal de Apoio Comunitário (Amac), através de parceria com empresas do setor de serviços. Insere-se na estrutura da Política Municipal de Assistência Social, através de convênio com a Prefeitura de Juiz de Fora.

A pesquisa foi realizada nos anos de 2014 e 2015, durante o Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O período de análise abarcou as turmas iniciadas em 2011 e 2012, com, apro-

ximadamente, 80 alunos, e encerradas em 2012 e 2013, respectivamente, com duração de um ano cada. A escolha do período visou acessar as informações mais recentes do programa e facilitar o acesso aos dados aos jovens e aos profissionais.

Desse modo, a pesquisa buscou analisar os objetivos do programa, sua estrutura curricular, os encaminhamentos para as empresas, a fim de conhecer as contradições existentes no processo de formação e inserção dos jovens no trabalho. Buscou também identificar de que forma o programa influenciou a trajetória dos jovens a partir do conhecimento dos seus objetivos e de suas famílias ao acessar o programa, das atividades que realizavam, da relação com a empresa, da continuidade da formação e dos postos de trabalhos ocupados após o programa, analisando os limites e possibilidades dessa inserção.

Foi adotada pesquisa de natureza qualitativa, através de um estudo exploratório-descritivo (MINAYO, 1994) e foram utilizados como procedimentos e instrumentos de pesquisa a revisão teórico-bibliográfica e a entrevista semiestruturada com profissionais e jovens egressos do programa. Já a pesquisa de campo foi desenvolvida através de entrevistas com cinco profissionais e com seis jovens egressos do programa.

A entrevista com os jovens seguiu a proposta de “inclusão progressiva”, seguindo a “amostragem” e o “critério pela saturação”, ou seja, “quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação” (MINAYO, 1994, p. 48), perspectiva também reconhecida por Fontanella, Turato e Ricas (2008). Foi feito contato com 15 jovens, através de indicações dos educadores sociais do período analisado, e foram entrevistados seis jovens, três mulheres e três homens, de diferentes regiões da cidade.

## **1. Educação e trabalho de uma geração**

A reestruturação produtiva ocorrida na década de 1990 altera o modo de organização da produção e do trabalho e, também, os modos de pensar e viver dos sujeitos. Com a redução dos postos de trabalho, há um aumento dos índices de pobreza e desigualdade e inicia-se em todo o mundo uma avalanche de medidas para o combate à pobreza nos países periféricos, assim como na América Latina, com incentivo dos organismos internacionais (PAS-TORINI; GALIZIA, 2007).

Nesse período, destacam-se alguns fatores que são importantes para esta análise: a demanda do mercado por um novo perfil de trabalhador adequado ao cenário produtivo; o advento da ideologia neoliberal, com o arcabouço teórico e analítico necessário para “justificar” os novos fenômenos; e a resposta do Estado a esse cenário, através das políticas sociais. Destacam-

se, no caso estudado, as políticas de formação profissional como alternativa de combate à pobreza e ao desemprego.

### **1.1 A formação de trabalhadores e o fetiche da capacitação**

A formação educacional sofre alterações a partir das intervenções neoliberais, inserindo novos conteúdos orientados pela lógica de mercado, de competitividade, de individualismo e de competências, atualizando a “teoria do capital humano”, ou TCH, da década de 1970 (DIAS, 2006). Cabe ressaltar que esta teoria tem como questão central a relação entre o valor humano e a economia, ou a produção da riqueza. Para Schultz, formulador da TCH, o investimento no ser humano gera um capital específico, o capital humano, que, por sua vez, é criado através da educação. Essa possibilitaria a construção de um conjunto de habilidades que promovem a capacidade para o trabalho, oportunizando rendimentos futuros às pessoas e às nações. Além disso, a TCH dá origem à ideia do desenvolvimento das nações através da educação, tornando-se esta não um gasto, mas um investimento para o aumento da produtividade e superação do atraso econômico (DIAS, 2006).

Sendo assim, para dar resposta às demandas do capital por um novo perfil de trabalhador, é difundida uma nova ideologia que vai orientar as políticas sociais de educação e de trabalho, que se baseia nas noções de “empregabilidade” e “competências”, tendo como campo privilegiado de formação a escola. No campo educacional, essas noções são inseridas através de uma nova pedagogia, a “pedagogia das competências”.

Ao analisar a estrutura e o currículo do Promad, é possível perceber que o programa, criado na década de 1990, absorveu essas noções, adequando-se ao cenário que se apresentava aos trabalhadores. Era oferecido um curso de 30 dias antes do encaminhamento para a empresa e outro curso que ocorria concomitante ao trabalho na empresa. Segundo a coordenadora, o curso inicial foi uma demanda percebida pelos técnicos do programa, pois essa etapa busca auxiliar os adolescentes a ter uma “maior noção sobre o mercado de trabalho” e sobre “como se portar como um futuro trabalhador”.

O curso inicial era dividido em uma disciplina de Habilidades Básicas e uma de Habilidades Específicas. No conteúdo das Habilidades Básicas eram trabalhados temas para a “formação cidadã”, temas transversais relativos à cidadania, temáticas sociais, sexualidade, filosofia, política, relações humanas, ética, entre outros. Eram temas livres, que seguiam as orientações do Plano Curricular Nacional, sendo considerados a base da aprendizagem para o trabalho, como ressaltou um dos educadores.

Já nas Habilidades Específicas, eram trabalhados os conteúdos técnicos das atividades a serem realizadas seguindo as orientações do Minis-

tério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como outros temas inseridos pelos educadores a partir das necessidades percebidas. Um educador relata que notou a necessidade de trabalhar outros conteúdos além das atividades práticas e técnicas de trabalho, visando oferecer conhecimentos úteis para que os jovens se preparassem melhor para o mercado de trabalho. Esses conteúdos, segundo ele, preparavam o adolescente “para a vida”, levando à inserção de conteúdos ligados à postura do adolescente, como comunicação, expressividade, postura pessoal e profissional e comportamento.

Dessa forma, o programa pretendia formar um jovem trabalhador com determinadas qualidades, com condições de se adequar às configurações do mercado de trabalho, marcado pela flexibilização, precarização e desregulamentação trabalhista. Esse perfil solicita requisitos pessoais, como boa comunicação, pontualidade e disciplina, como aponta a coordenadora do programa:

A grande questão do relacionamento, porque ele vai conviver com pessoas que ele não tinha contato, não vai poder chamar de tia, de ‘vêi’, isso é uma dificuldade que de vez em quando tem, da fala, de pontualidade, de postura, de usar o uniforme, de saber que tem uma apresentação social, a maquiagem. Então tem que trabalhar essa preparação que não é uma ‘encheção’ de saco, mas é uma apresentação que a maioria das empresas pedem. (Coordenadora do Promad).

Esse novo perfil de trabalhador demanda um conjunto de habilidades e características comportamentais que mobilizem os diversos saberes em uma mesma atividade: saber, saber-fazer e saber-ser. Como aponta Ramos (2001 apud DIAS, 2006), exige, além de conhecimentos formais, um conjunto de aprendizagens adquiridas nas experiências de vida, que constituiriam a própria subjetividade do trabalhador. A “competência”, então, consiste em um conjunto de características e habilidades comportamentais que vão caracterizar um trabalhador polivalente, como criatividade, trabalho em grupo, resolução de problemas, decisão, comunicação, entre outros (DIAS, 2006).

As empresas que recebiam os adolescentes através do Promad solicitavam determinados perfis de acordo com as competências que deveriam possuir. Além disso, exigiam habilidades que não condiziam com a condição de aprendizagem daqueles jovens, como é comum no mercado de trabalho de forma geral.

Aí entra a nossa seleção [do programa], porque se ela [a empresa] precisa de alguém comunicativo pra trabalhar na recepção, pra atender público, telefone, a gente tem que ter um adolescente que consiga atender o que estão pedindo, então de acordo com o que ela precisa, a gente faz a avaliação de qual adolescente tem condição de atender aquela demanda. [...] E, a exigência do mercado de trabalho é um pouco fora do normal, porque a gente tem empresas e a própria prefeitura, que exigem... você lê a solicitação e pensa: eles querem um PHD, que nem lá eles vão ter.

Então são situações que a gente esclarece: qual é o trabalho dos aprendizes e do Programa, porque a empresa quer um funcionário pra fazer tudo, porque não é esse o objetivo. (Coordenadora do Serviço de Desenvolvimento de Autonomia da Amac).

Também os profissionais criticam estas exigências empresariais que buscam imputar competências aos trabalhadores diante de um cenário sem empregos, no qual há um exército de reserva abundante.

Então a empresa mandava dizendo que queria um profissional. Então o profissional tem umas características básicas. E eu brigava muito com isso. Porque eu dizia: vamos pegar esse perfil que a empresa está pedindo pra algum aprendiz e vamos encaixar em algum de vocês aí que são profissionais e vamos ver se algum sabe fazer. Então nós não temos que nos submeter às exigências da empresa. Primeiro porque ela tem que saber que ela está contratando alguém em aprendizado, então não tem que exigir um profissional. Ele está aprendendo, tem que ir pra lá pra aprender. (Educador 1).

O atendimento a essas exigências indica a capacidade ou não de “empregabilidade” dos trabalhadores, que caminha junto com a noção de “competências”. Consiste na condição de o trabalhador se tornar “empregável” em períodos de “flexibilização” das relações e condições de trabalho, ou seja, seria a “habilidade de ser empregado”. Nessa lógica, os indivíduos são os responsáveis por criar estratégias que garantam sua inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o fim do desemprego dependeria da capacidade de os trabalhadores se adequarem às novas exigências.

Essas concepções de “competência” e “empregabilidade”, como também a ideia de que a qualificação é o antídoto para o desemprego, encobrem as contradições da sociedade capitalista e as relações de classe, bem como a responsabilidade do Estado de implementar mecanismos que ofereçam condições dignas de vida e acesso à educação e ao emprego, tornando a capacitação um fetiche (CARRANO; SPÓSITO, 2007; MARTINS, 2010). O fim do desemprego, então, dependeria da capacidade dos trabalhadores se adequarem às novas exigências, e não da capacidade da economia em gerar novos postos de trabalho. A formação profissional dos trabalhadores se transforma em um mecanismo central, não somente de combate à pobreza, mas também de controle e de disciplinamento da classe trabalhadora, mobilizando suas condições objetivas e subjetivas a fim de se enquadrarem neste novo perfil de consumo produtivo da força de trabalho.

## **1.2 Formação profissional e condição juvenil**

As políticas de formação profissional deste período caracterizam-se pela fragmentação e desarticulação com as demais políticas, principal-



mente com a de educação e as de trabalho, emprego e renda. São marcadas pela oferta de cursos de curta duração, em segmentos específicos da produção, sem relação com as demandas do mercado, sem promover ações integradas de orientação e inserção no mercado de trabalho, gerando para os trabalhadores a realização de diversos cursos que não auxiliam de fato a melhorar suas condições de entrada no mercado de trabalho (CASTIONI, 2013; MARTINS, 2010). Além disso, a maioria dos programas de formação passam a ser direcionados aos jovens em “risco social”, materializando a focalização das políticas para juventude (CASTIONI, 2013; GONZALEZ, 2009).

No que tange à (des)articulação da formação profissional com a educação geral, é preciso rememorar que foi construído historicamente no Brasil um modelo de “educação dualista” (CUNHA, 2000; SAVIANI, 2007; FRIGOTTO, 2004). A ideia de dualidade tem origem na dissolução da unidade entre trabalho e educação, em que o aprendizado se dá no próprio trabalho, não havendo separação entre teoria e prática, entre trabalho manual e intelectual. Essa divisão gera uma educação específica para a classe dominante e uma outra para a classe dominada, prevendo escolas profissionais para os trabalhadores e escolas de ciências e humanidades para as classes dirigentes (SAVIANI, 2007).

A América Latina assistiu a diversas reformas educacionais nas décadas de 1980 e 1990. Entre as recomendações dos organismos internacionais estava a separação da educação e da capacitação, visando vincular a capacitação à economia de forma mais direta e a concentração da formação profissional ao fim da educação secundária. No caso brasileiro, o país fez adesão às medidas de ajuste dos organismos internacionais através da distinção compulsória entre os ensinos médio e técnico com a implementação da chamada “estrutura educacional dualista” (CUNHA, 2000, p. 53).

Essa modalidade de formação traz como consequência a fragmentação da formação, a criação de programas específicos e desarticulados e a dificuldade de transição entre escola e trabalho para a classe trabalhadora. Nem sempre os jovens conseguem usufruir de uma “moratória”, compreendida como o “adiamento dos deveres e direitos da produção, reprodução e participação” (ABRAMO, 2005, p. 41), de um tempo de preparação para a vida adulta, normalmente marcado pela preparação para o trabalho.

Todos os jovens entrevistados já trabalhavam antes de ingressar no programa, ou seja, antes dos 15 anos, seja com os pais ou fazendo “bicos” informalmente. As dificuldades encontradas pelos jovens na transição entre escola e trabalho estão diretamente ligadas ao trabalho precoce. No Brasil, nos últimos anos, apesar do crescimento da taxa de jovens na escola, não houve decréscimo da taxa de atividade juvenil no mercado de trabalho, indicando a simultaneidade destas atividades (GONZALEZ, 2009; POCHMANN, 2007), ao contrário da tendência dos países desenvolvidos de postergação do ingresso juvenil no mercado de trabalho para ampliação da

escolarização. Assim, “para muitos jovens, quando não há trabalho, tampouco pode haver acesso à escola” (POCHMANN, 2007, p. 5).

Os jovens também enfatizam a procura e a necessidade de trabalhar, apontando que a escolaridade nem sempre aparece em primeiro plano, isto é, a “escolha” entre continuar ou não a escolaridade não se dá sem contradições.

O que eu também via muito eles vivenciarem era a questão de escolher em alguns momentos: eu mudo de turno de escola? A escola é prioridade pra mim ou o trabalho? E eu falava: quem abre mão do trabalho entende que nesse momento a escola é o mais importante porque já tem um projeto de vida, e porque o dinheiro nesse momento, embora seja importante, não é fundamental, porque pode ter o respaldo do pai, da família. E esse dilema era muito grande, porque ao mesmo tempo que eles viam que a escola era muito importante, eles queriam independência, não ter que pedir dinheiro aos pais nem pra comprar uma bala. (Educador 1).

O investimento na escolarização ou na preparação para o trabalho aparece condicionado pela necessidade da renda, nem sempre se mostrando como uma “escolha” pessoal do jovem, mas vinculada às condições objetivas de reprodução de si mesmo e de suas famílias.

[Se não tivesse entrado no Promad] Provavelmente eu ia correr atrás de trabalho, eu queria trabalhar de qualquer jeito, não sei se seria tão bom quanto o Promad, porque além da gente trabalhar a gente tinha estrutura pra estudar, que é o tempo diminuído de jornada de trabalho, e ainda tinha bate papo em sala sobre cidadania, educação, tudo do nosso cotidiano, então em outro lugar eu não teria isso. Ia ter uma jornada de trabalho e ia ter que me matar pra estudar. (Jovem trabalhador 3).

A necessidade de fazer a opção entre estudo e trabalho sinaliza a desarticulação da escola regular com o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, mostra a necessidade de concluir os estudos regulares como uma mera formalidade, pois mesmo que não garanta um trabalho, condiciona o acesso a inserções mais qualificadas pela exigência de escolaridade do mercado.

A concomitância entre trabalho e estudo é maior exatamente na faixa entre 15 e 17 anos (GONZALEZ, 2009), apontando uma relação entre essa realidade e o nível de renda das famílias. A dedicação integral à escolarização ainda não é realidade para a maioria dos jovens e a renda familiar tem fundamental influência nas condições de escolarização e na incorporação de papéis no mundo do trabalho, no mundo adulto e na família, repercutindo nas perspectivas profissionais futuras das novas gerações.

Assim, é possível observar que as trajetórias e a biografia dos jovens estão intimamente ligadas às trajetórias de suas famílias, sinalizando sua condição de classe. Além disso, por conseguinte, a formação profissional

também precisa estar intimamente articulada às demais políticas públicas de trabalho, emprego e renda, para garantir a transição entre escola e trabalho, entre formação e inserção profissional.

Todos os profissionais do Promad consideram que os objetivos do programa foram atendidos, quais sejam, de qualificar os adolescentes e proporcionar a experiência do primeiro emprego através da aprendizagem. Destacam como maior desafio, contudo, a permanência dos jovens no mercado de trabalho ao término do programa, começando pela permanência na empresa em que fazem a aprendizagem. Nenhum dos jovens entrevistados foi contratado pela empresa após o período de aprendizagem, o que revela as contradições próprias às relações sociais capitalistas na atualidade. Elas, de um lado, acenam exigências de preparação e qualificação, mas, de outro lado, incrementam programas e políticas públicas pontuais e que geram situações perversas, responsabilizando os sujeitos pelo seu despreparo e pela sua desocupação.

Quando eu estava saindo teve uma coisa que eu ficava muito chateado: é que muitas empresas... porque a pessoa começa a trabalhar lá e fica todo iludido: ‘poxa queria muito trabalhar aqui’. Eu gostava muito da MRS<sup>1</sup>, aí você fica querendo trabalhar. Aí você trabalha lá quase 2 anos e não vê oportunidade nenhuma de ficar. Hoje, se eu fizer uma faculdade, me formar ou tiver cursando, provavelmente por eu conhecer muitas pessoas lá dentro eu posso até buscar um estágio e ser mais fácil por ter contatos lá dentro, mas uma acessibilidade direta: ‘ah, você foi bom nisso, nós vamos separar uma área aqui que não precise de um nível mais avançado de estudo’. Alguma coisa assim pra seguir uma carreira, incentivar... (Jovem trabalhador 3).

A curta duração do curso e a consequente rotatividade dos adolescentes não propiciam o vínculo com a empresa nem a continuidade do itinerário profissional. Ao mesmo tempo, a modalidade da aprendizagem representa uma redução dos custos do trabalho para a empresa, na medida em que pode contratar um trabalhador que recebe uma remuneração menor que outro contratado através das legislações trabalhistas, configurando uma mão de obra mais barata.

Dos seis jovens, apenas um conseguiu uma inserção após o programa condizente com a formação recebida, através de indicação do chefe da empresa em que trabalhou na aprendizagem; porém, ocupava um posto baixo, sem previsão de ascensão. Como observa: “Porque ficar onde eu estou não dá, [...]. No cadastro de coisas técnicas você não tem pra onde crescer, é só cadastrar, cadastrar, cadastrar... morreu ali. E não quero isso pra mim” (Jovem trabalhador 3).

---

<sup>1</sup> A MRS é uma operadora logística que administra uma malha ferroviária, com sede em Juiz de Fora, e está entre as maiores ferrovias de carga do mundo. Uma das empresas conveniadas ao Promad.

Os demais estavam inseridos no setor de serviços (lojas, academia, *call centers* etc.), com jornadas de 40h semanais, em contratos temporários, com precárias condições de trabalho e baixos salários. O acesso a essas ocupações, assim como aconteceu com a inserção no Promad, ocorreu através da rede de contato pessoal dos jovens, indicando que há um mecanismo de acesso ao emprego que passa pelas relações que esses jovens possuem, muitas vezes restritas, e também que as estratégias das agências públicas de emprego não estão atingindo essa parcela da população.

Neste sentido, além de as estratégias de intermediação de mão de obra em Juiz de Fora serem realmente precárias e desarticuladas, é importante considerar que não há um sistema público de emprego em âmbito nacional que organize suas bases de forma que seja ramificado e presente nos territórios, próximo e acessível aos cidadãos. Ademais, que real e efetivamente atenda aos trabalhadores, auxilie na intermediação de mão de obra e orientação profissional ou que fomenta iniciativas de geração de emprego e renda.

Dessa forma, por um lado, o Promad possibilitou a experiência do primeiro emprego, a conclusão do ensino médio e o conhecimento de outros caminhos profissionais, com destaque para a formação de nível superior. Por outro lado, ele não garantiu uma inserção de qualidade ou menos precária no tempo presente. Os jovens alcançaram a inserção no emprego, mas em ocupações precárias, com pouca estabilidade ou possibilidade de ascensão e orientadas pela necessidade da renda, não materializando os seus projetos profissionais.

## **Conclusão**

A difusão de ações de formação profissional como mecanismos de combate à pobreza e ao desemprego encobrem a crise estrutural do capital e a redução dos postos de trabalho decorrentes da baixa capacidade de crescimento econômico dos países. Dessa forma, a orientação ideológica difundida baseia-se na responsabilização dos sujeitos pela sua condição de desemprego e de pobreza. Além disso, a ideologia neoliberal visa conquistar legitimidade para o novo padrão de acumulação através do disciplinamento da força de trabalho para a acumulação, que envolve “repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho, mas na sociedade como um todo” (HARVEY, 1992, p. 119).

Na formação brasileira, o trabalho se configurou historicamente como um instrumento de contenção, controle e disciplinamento da pobreza, sendo esta uma das faces dos programas de formação para o trabalho, o que também se materializa no Promad. Garantir o perfil de trabalhador exigido pelas empresas demandava uma formação focada na padronização,

uniformização e disciplinamento, voltada mais para o comportamento dos jovens (saber-ser) do que para formação técnica (saber-fazer). As atividades de trabalho nas empresas eram pontuais, repetitivas e fragmentadas, sem uma inserção mais ampla nos processos de trabalho desenvolvidos pela empresa e sem possibilidade de permanência ou ascensão. A maioria dos jovens não seguiu um itinerário profissional vinculado à formação ofertada pelo programa, ocupando empregos precários no setor de serviços.

Como aponta Deluiz (1995 apud MARTINS, 2010), a formação para o trabalho necessita atender às demandas do mercado, mas também deve ser considerada em sua face de realização e emancipação, de atendimento das necessidades humanas de socialização através do trabalho e das relações sociais. Quando o trabalho assume o papel de ocupação do tempo livre e controle dos sujeitos, ele se distancia ainda mais do trabalho gerador de sentido, de identidade, de forma que “o recurso ao trabalho se apresenta como estratégia de autorregulação, como forma de contenção e não de busca de realização de potencialidades do sujeito” (CASSAB, 2001, p. 62).

O trabalho permanece como o eixo organizador das trajetórias e projetos de vida dos jovens e de suas famílias, porém, em sua face de alienação e estranhamento, é prioritariamente uma fonte de renda familiar e uma resposta às condições objetivas e imediatas vividas pelas famílias. Por outro lado, é possível perceber que possui também um sentido de visibilidade e diferenciação social, representando um “bom destino” para seus filhos, um espaço de segurança, uma forma de “inclusão” diante de tantas “exclusões” a que estão expostos.

A luta dos jovens trabalhadores para construírem seus destinos é feita dia após dia, no tempo presente, luta esta muito distante de imagens romantizadas sobre esse período da vida. Como afirma Dayrell (2003), a juventude não é um período de fruição e irresponsabilidade nem um eterno preparar-se para o futuro, para um possível “vir-a-ser”, já que o futuro é um grande desconhecido. Ela acontece no aqui e agora, com tudo que ele pode oferecer de diversão, de encontros, de trocas afetivas, mas também de angústias e incertezas.

**Referências**

- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.
- BRANCO, P. P. M. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.
- BRASIL. Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. *Diário Oficial da União*, Brasília (DF), dez. 2000.
- CARRANO, P. C. R.; SPÓSITO, M. P. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: CARRANO, P. C. R. et al. (org.). *Juventude e contemporaneidade*. Brasília: Unesco, 2007.
- CASSAB, M. A. T. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: Intertexto, 2001.
- CASSAB, M. A. T.; CASSAB, C. Juventude: técnica e território. In: CASTRO, L. et al. (org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2008.
- CASTIONI, R. Planos, projetos e programas de educação profissional: agora é a vez do Pronatec. *Revista sociais e humanas*, Santa Maria, v. 26, n. 1, 2013.
- CASTRO, J. A.; AQUINO, L. (org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), abr. 2008.
- CUNHA, L. A. Ensino médio e o ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, n. 111, dez. 2000.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003.
- DIAS, G. P. *Empreendedorismo e educação: o Sebrae na escola*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- FONTANELLA, B. J. B.; TURATO, E. R.; RICAS, J. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, jan. 2008.
- FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P (org.). *Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GONZALEZ, R. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, J.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. *Juventudes e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.

GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 22 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. (org.). *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, E. S. *Formação profissional de jovens: entre a educação e a assistência*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

MELO, C. M. S. *Educação para o trabalho: a formação profissional de jovens pobres*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

MELO, C. M. S.; PURGATO, P. O. *O projeto de vida dos jovens usuários dos programas da assistência*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

PASTORINI, A.; GALIZIA, S. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. *Revista Praia vermelha*, Rio de Janeiro, n. 14-15, 2007.

POCHMANN, M. *Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos dez anos*. São Paulo, fev. 2007. Disponível em: <http://www.cursodeveraofortaleza.com.br/2007/Textos>. Acesso em: 1 set. 2014.

PONCE DE LEON, A. L. Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (org.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 3 out. 2015.

DOI: 10.12957/rep.2019.45223

Recebido em 30 de junho de 2018.

Aprovado para publicação em 25 de setembro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.